

CADERNO DE DEBATES 4

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Projeto Economia Solidária na Prevenção à Violência

Porto Alegre, Julho de 2012.

EXPEDIENTE

**Guayí – Democracia Participação e Solidariedade
Núcleo de Violência, Segurança e Direitos Humanos**

**Projeto “Economia Solidária na Prevenção à Violência no RS”
Termo de Parceria nº 723880/2009 – SENAES/MTE - GUAYÍ**

Apoio:

Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego –
SENAES/MTE
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI/MJ

Textos:

André Mombach e Maurício Klein

Núcleo: Violência, Segurança e Direitos Humanos da Guayí

Adriana Gonçalves Ferreira, Alessandra Terribili, Aline Rodrigues Martins, Ana Garske de Sousa, André Aloísio Mombach, Carmelita Lutkmeier, Celso Luiz Belló, Cristiane Gomes, Cristina da Silva Bottaro, Elisabete de Araújo de Flores, Elisabete Ramos Glassmann, Eva Rosângela Valério de Oliveira, Helena Bonumá, João Alberto Farias da Fontoura, José Antônio Bruno Knob, Josué Cilmar Lopes da Silva, Leandro Artur Anton, Luís Eriberto de Aguiar, Luiz Alberto Pires de Pires, Luiz Antônio Brenner Guimarães, Marcelo Nalério dos Reis, Márcia Elayne Barbich de Moraes, Márcio Luis Rosa de Oliveira, Márcio Silva Castello, Mário Ricardo dos Santos Bica, Mariulsa Teresinha dos S. Bandeira, Marco Antônio Nunes Rodrigues, Marco Aurélio Fernandes, Miguel Bonumá Brunet, Miguel Gustavo Alves da Paz, Natiele Alves Gomes, Neiva Pavlak, Rosa Maria de Lima Ribeiro, Rosangela Paz Mauer, Silemar de Oliveira Brito, Vanessa Gonçalves Borges, Vicentina Silva de Oliveira e Wagner Alexandre de Moura.

Endereço:

Rua José do Patrocínio, 611, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS – CEP 90050-003
Tel: (51) 3212-7178 – Fax: (051) 3212- 7102 – www.guayi.org.br –
E-mail: guayi@guayi.org.br – seguranca@guayi.org.br

Realização:



Ministério da
Justiça



Ministério do
Trabalho e Emprego



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	4
2. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PEDAGOGIA ..	5
3. OFICINA 01 – ECONOMIA SOLIDÁRIA E RAMOS DO COOPERATIVISMO ..	11
4. OFICINA 02 - ESTRUTURA DE PRODUÇÃO PARA O EMPREENDIMENTO ..	18
5. OFICINA 03 - A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE E PREÇOS PARA VIABILIDADE ECONÔMICA DE UM EMPREENDIMENTO ECONÔMICO E SOLIDÁRIO	23
6. OFICINA 04 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO E SOLIDÁRIO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS	25
7. MÓDULO 05 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS E EMPREENDIMENTOS	30
8. OFICINA 06 - COMERCIALIZAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	33
9. OFICINA 07 - REDES DE EMPREENDIMENTO E CADEIAS PRODUTIVAS ...	39
10. OFICINA 08 - CONSTITUIÇÃO JURÍDICA DE EMPREENDIMENTOS	46
11. OFICINA 09 - EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	53
12. OFICINA 10 – DÚVIDAS SOBRE FUNCIONAMENTO DE COOPERATIVAS, AVALIAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS	57

1. APRESENTAÇÃO

A Guayí, através do Núcleo de Prevenção à Violência, Segurança e Direitos Humanos, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do Ministério da Justiça – PRONASCI/MJ, está realizando no Rio Grande do Sul o Projeto Economia Solidária na Prevenção à Violência com a finalidade de desenvolver, nos Territórios de Paz, estratégias comunitárias mais amplas de prevenção à violência, através de mobilização das comunidades e dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas, incluindo as políticas de segurança, o desenvolvimento local e o fomentando empreendimentos de economia solidária e geração de trabalho e renda.

O Projeto Economia Solidária na Prevenção à Violência é fruto de Edital Público que a Guayí se credenciou para realizar nos municípios conveniados com o Ministério da Justiça para a implantação do PRONASCI, em comunidades escolhidas pelos municípios para execução das ações do Território de Paz. São 11 municípios na Região Metropolitana e 02 municípios no Interior: São Leopoldo (Vicentina), Novo Hamburgo (Santo Afonso), Alvorada (Umbu), Sapucaia do Sul (Grande Vargas), Guaíba (Cohab – Santa Rita), Canoas (Guajuviras), Gravataí (Rincão da Madalena), Viamão (Augustas), Cachoeirinha (Vila Anair), Esteio (Primavera), Porto Alegre (Bom Jesus, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Restinga), Bagé (Damé) e Pelotas (Santos Dumont). Ao todo são 16 ‘Territórios de Paz’, quatro em Porto Alegre e um em cada um dos demais municípios.

Este caderno faz parte do Projeto e traz uma síntese da concepção e da experiência que fundamenta suas ações, tendo sido utilizado como documento orientador nas oficinas realizadas nos Territórios de Paz. Com ele, buscamos estimular o debate da Economia Solidária como estratégia de prevenção à violência a partir da inclusão produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade a violência.

Porto Alegre, julho de 2012

2. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PEDAGOGIA

A Economia Solidária tem se constituído como uma importante referência para muitos daqueles que buscam transformar e humanizar as relações sociais de produção na sociedade em que vivemos.

Para muitos ela é uma alternativa de geração de trabalho e renda. Para outros a economia solidária se constitui enquanto uma ferramenta para a construção e afirmação de um novo paradigma de existência, na qual a justiça social, o respeito ao meio ambiente, à diversidade cultural, à igualdade de gênero, sejam princípios de referência comum a todos.

Contudo organizar e estruturar um empreendimento a partir dos pressupostos da Economia Solidária carrega em si uma complexidade. Se nas empresas capitalistas o trabalhador se insere no processo de produção para desempenhar uma função restrita, num empreendimento de Economia solidária ele amplia a dimensão de sua responsabilidade. Na condição de associado, ele participa do processo de produção, mas contribui para a gestão administrativa e produtiva de todo o empreendimento. A gestão do empreendimento demanda conhecimento para a compra de insumos para a produção, comercialização e administração financeira. Qualquer procedimento errado poderá comprometer a existência do próprio empreendimento.

Portanto, o conteúdo desta cartilha foi elaborado para auxiliar trabalhadores/as que pretendem estruturar empreendimentos econômicos e solidários. Destaca alguns pressupostos que precisam ser compreendidos por aqueles que buscam viabilizar trabalho e renda para os trabalhadores e suas famílias respeitando os princípios da Economia solidária.

2.1. Roteiro de Oficinas para a organização de Empreendimentos Econômicos e Solidários, Redes e Cadeias Produtivas

OFICINA 01: Identificação do ramo de atividade econômica e os produtos ou serviços que o empreendimento econômico e solidário deseja desenvolver;

OFICINA 02: Identificação dos principais recursos necessários para viabilizar um empreendimento econômico e solidário;

OFICINA 03: A importância da qualidade e preços para viabilidade econômica de um empreendimento econômico e solidário;

OFICINA 04: Investimentos financeiros para a estruturação do empreendimento econômico e solidário e finanças solidárias;

OFICINA 05: Estratégias de promoção e divulgação dos produtos do empreendimento econômico e solidário;

OFICINA 06: Estratégias e modalidades de comercialização para empreendimentos da Economia Solidária;

OFICINA 07: Organização de Redes e Cadeias Produtivas;

OFICINA 08: Modalidades Jurídicas e aspectos relativos a constituição de empreendimentos Econômicos e Solidários;

OFICINA 09: Eficiência e transparência na gestão produtiva e administrativa do empreendimento Econômico e Solidário;

OFICINA 10: Principais dúvidas sobre Funcionamento da Cooperativa, Avaliação e Encaminhamentos.

2.2. Princípios

As Oficinas têm como princípio o fortalecimento e a ampliação das práticas econômicas e solidárias em detrimento das relações de produção capitalista.

2.3.. Público Alvo

Jovens em situação de vulnerabilidade à violência, trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, representantes de entidades de apoio da Economia solidária e cidadãos e cidadãs da comunidade que tenham interesse na organização e estruturação de empreendimentos econômicos e solidários com vistas a geração de trabalho e renda.

2.4. Número de Participantes por Oficina

Entre 15 a 30 participantes de preferência

2.5. Carga Horária

Cada Oficina terá uma duração mínima de 4h. Se possível, as Oficinas poderão ser desenvolvidas em dois turnos de 3 horas cada.

2.6. Objetivos Educacionais

- Estimular a integração comunitária e o estabelecimento de parcerias visando a geração de trabalho e renda para comunidades dos Territórios de Paz;
- Contribuir para dimensionar o contexto de estruturação e funcionamento dos empreendimentos econômicos e solidários;
- Auxiliar numa reflexão inicial sobre a montagem e implementação de um plano de negócios;
- Refletir sobre estratégias de promoção e comercialização dos produtos oriundos da Economia Solidária;
- Sensibilizar para a importância da organização e estruturação de empreendimentos econômicos e solidários em forma de Redes e abrangendo Cadeias Produtivas;
- Orientar sobre os procedimentos políticos jurídicos visando a constituição de Empreendimentos econômicos e solidários;
- Esclarecer dúvidas sobre a organização, funcionamento e direitos e deveres dos/as associados/as junto a um empreendimento econômico e solidário.

2.7. Competências e habilidades a serem despertadas

- Domínio de um instrumental mínimo sobre os pressupostos para a estruturação de um empreendimento;
- Compreensão ampliada sobre a dinâmica e o funcionamento do mercado de produção capitalista;
- Domínio sobre o conceito e as potencialidades contidas na organização de empreendimentos em rede;
- Domínio sobre as diferentes modalidades e estratégias de comercialização possíveis;

- Domínio sobre as formas jurídicas em torno das quais se organizam os empreendimentos da Economia Solidária;
- Maior compreensão sobre os limites e as potencialidades da Economia Solidária.

2.8. Materiais Necessários

Computador, Datashow, Caixas de Som com conexão ao áudio do computador, quadro ou Flip Shart, tarjetas, papel pardo para painel, durex, canetas e pincéis atômicos de cores diversificadas.

2.9. Infra-estrutura

Uma sala confortável (não muito ampla e nem muito estreita) com cadeiras.

2.10. Avaliação

Freqüência, participação e registro das resoluções apresentadas no decorrer da execução da oficina. Como as Oficinas estão estruturadas para funcionar em forma de laboratório, o oficinairo irá combinar com os participantes como será o registro da memória para cada um das Oficinas. No último encontro a avaliação terá estas informações como parâmetro para avaliar os resultados conquistados.

2.11. Descrição das Atividades, Metodologia e Conteúdo

A metodologia de execução destas Oficinas poderá ser adaptada às necessidades e a realidade social de cada grupo participante. Se houver demanda poderá funcionar como laboratório para a organização e estruturação de empreendimentos econômicos e solidários.

O conteúdo permite auxiliar um grupo de pessoas interessadas em formar uma cooperativa. Porém aqui, apesar de partir do pressuposto de que o grupo participante pretende organizar e estruturar um empreendimento econômico e solidário, ela busca servir apenas de ensaio para que os interessados possam dimensionar as possibilidades e limites da Economia Solidária que estão contidos no interior da própria comunidade na qual estão inseridos.

Por outro lado, apesar das Oficinas buscarem fazer um ensaio sobre o processo de constituição de uma cooperativa, o tempo curto impedirá a realização de algumas atividades práticas externas que poderia qualificar a oficina. Em todo o

caso, se as Oficinas demandarem o aprofundamento do debate e exigirem outros encaminhamentos, caberá ao grupo e ao monitor definir sua dinâmica, conteúdo e metodologia.

Oficina	Conteúdo	Metodologia	Recursos
1	- Recepção e apresentação dos participantes, cronograma da oficina; - Revisão dos objetivos e metodologia; - Principais Ramos do Cooperativismo; - Produtos e Consumidores.	- Em círculo texto "Precisa-se"; - Técnica do barbante; - Leitura do texto de apresentação da apostila; - Leitura de texto e construção dialogada	Rolo de barbante Texto de apoio
2	- Estrutura de produção para o empreendimento - Ferramentas e tecnologias para viabilizar a produção; - Economia Solidária e desenvolvimento das ciências e tecnologias; - Matéria-Prima para produzir; - Logística para viabilizar o funcionamento do empreendimento	- Leitura de Texto e construção dialogar	Textos de apoio
3	- Produção e Qualificação de produtos	Leitura de Texto, trabalho em grupo e construção dialogada.	Texto de apoio
4	- Investimentos Financeiros para viabilizar o empreendimento Finanças solidárias	Leitura de texto e construção dialogada; Vídeo e debate	Texto de apoio, Televisão e DVD
5	- Promoção e divulgação de produtos e empreendimentos	Leitura de Texto e construção dialogada; Palestra com "agência de publicidade" Trabalho em Grupo e em plenário para construir estratégia de divulgação	Data Show Textos de apoio
6	- Comercialização e Economia Solidária	Leitura de Texto e construção dialogada; Socialização de Experiência Trabalho em Grupo e plenário	Computador com acesso a Internet
7	- Redes de empreendimento e Cadeias Produtivas	Leitura de texto e construção dialogada; Vídeo	Televisão e DVD, textos e apoio
8	- Constituição Jurídica de Empreendimentos	Leitura e debate; Palestra com técnico Construção de Estatuto em grupo e sistematização em plenário	Texto e apoio
9	- Eficiência e Transparência Administrativa e Financeira	Leitura de Textos e construção dialogada das questões	Textos de apoio
10	- Dúvidas sobre funcionamento de Cooperativas, Avaliação e	Apresentação de questões e construção coletiva das respostas;	Registro das idéias que

	encaminhamentos	Socialização da memória do encontro e avaliação dialogada Confraternização e entrega de certificados	surgiram nos encontros
--	-----------------	---	------------------------

Observação: Para efeitos de avaliação no final da oficina é importante garantir que em cada um dos módulos seja eleito um relator/a para sistematizar e apresentar as principais idéias do encontro.

3. OFICINA 01 – ECONOMIA SOLIDÁRIA E RAMOS DO COOPERATIVISMO

Etapa 1

Partindo do pressuposto de que o grupo está constituído (15 a 30 pessoas) e que todos receberam informações prévias sobre a programação, conteúdo e objetivos da oficina, acolher e organizar o grupo num círculo.

Em círculo o grupo irá se apresentar utilizando a técnica da teia. O monitor inicia com a leitura da mensagem de abertura. Em seguida, deseja boas vindas a todos, faz um comentário geral sobre a necessidade e a importância para os trabalhadores refletirem sobre a organização da economia em nossa sociedade e convida cada um/a **a se apresentar e a explicitar rapidamente suas expectativas**. Ao final da apresentação, o monitor combina sobre o **cronograma (dias de curso e horários)** e o **funcionamento (lanches, local, materiais utilizados, etc.)** da oficina.

Mensagem de abertura

PRECISA-SE

De pessoas que tenham os pés na terra e a cabeça nas estrelas. Capazes de sonhar, sem medo de seus sonhos. Tão idealistas que transformem seus sonhos em metas. Pessoas tão práticas que sejam capazes de tornar suas metas realidade. Pessoas determinadas que nunca abram mão de construir seus destinos e arquitetar suas vidas. Que não temam mudanças e saibam tirar proveito delas. Que tornem seu trabalho objeto de prazer e uma porção substancial de realização pessoal. Que percebam, na visão e na missão da economia solidária, um forte impulso para sua própria motivação. Pessoas com dignidade, que se conduzam com coerência em seus discursos, seus atos, suas crenças e seus valores.

Precisa-se de pessoas que questionem, não pela simples contestação, mas pela necessidade íntima de só aplicar as melhores idéias. Pessoas que mostrem sua face serena de parceiros legais, sem se mostrar superiores nem inferiores, mas... iguais.

Precisa-se de pessoas ávidas por aprender e que se orgulhem de absorver o novo. Pessoas com coragem para abrir caminhos, enfrentar desafios, criar soluções, correr riscos calculados sem medo de errar.

Precisa-se de pessoas que construam suas equipes e se integrem nelas. Que não tomem para si o poder, mas saibam compartilhá-lo. Pessoas que não se empolguem com seu próprio brilho, mas com o brilho do resultado alcançado em conjunto.

Precisa-se de pessoas que enxerguem as árvores, mas também prestem atenção na magia da floresta - que tenham a percepção do todo e da parte. Seres humanos justos, que inspirem confiança e demonstrem confiança nos parceiros, estimulando-os, energizando-os, sem receio que lhe façam sombra e sim se orgulhando deles.

Precisa-se de pessoas que criem em torno de si um ambiente de entusiasmo, de liberdade, de responsabilidade, de determinação, de respeito e de amizade.

Precisa-se de seres racionais. Tão racionais que compreendam que sua realização pessoal está atrelada à vazão de suas emoções. É na emoção que encontramos a razão de viver.

Precisa-se de gente que saiba **administrar** COISAS e **liderar** PESSOAS. Precisa-se urgentemente repensar um novo SER.

Etapa 2

Nesta etapa iremos apresentar o programa da oficina. Contudo, antes iremos dar um panorama (uma justificativa geral) sobre o contexto de constituição das cooperativas. Portanto, antes de revisar o programa iremos fazer uma leitura coletiva do texto da INTRODUÇÃO contido abaixo.

Texto de Apoio 01

Introdução

A Economia Solidária se coloca enquanto instrumento estratégico para o desenvolvimento econômico e sustentável. No Brasil mais de um milhão de trabalhadores geram trabalho e renda combinando respeito ambiental e valorização humana. Uma pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, identificou mais de 14 mil empreendimentos estruturados e funcionando a partir dos pressupostos da Economia Solidária.

Contudo, apesar destes indicadores, a estruturação e viabilização econômica de um empreendimento autogestionário, num contexto em que as relações sociais de produção se estruturam para acumular e concentrar riquezas requer planejamento e conhecimento da realidade do mercado. É preciso considerar que na economia capitalista o processo de produção de mercadorias utiliza-se de tecnologias potencializadoras, que garantem alta produtividade agregando qualidade. Além disso, o processo de acumulação de riqueza é garantido através de amplo controle sobre os trabalhadores e a otimização do processo de produção. Com isso as empresas conseguem viabilizar mercadorias com preços competitivos.

Para um empreendimento dar certo, não basta reunir pessoas interessadas em participar e dispostas a juntar esforços para atingir as finalidades para a qual ele será constituído. Também não basta escolher o tipo de empreendimento que desejamos montar (cooperativa, empreendimento familiar, “empresa tradicional”), definir estatutos, regimento interno, eleger a diretoria e a coordenação. Tudo isto é importante e faz parte do processo. Mas para viabilizar um empreendimento, requer além do conhecimento político e ético, também um conhecimento técnico para que a sustentabilidade econômica do empreendimento seja garantida.

Para um empreendimento de Economia Solidária sobreviver no sistema capitalista, precisa mais do que convicções politicamente corretas. O empreendimento precisa definir a sua estratégia com base no seu potencial e nas suas possibilidades, sob pena de não conseguir manter funcionando as atividades econômicas, inviabilizando a geração de trabalho e renda. Para se ter uma idéia, no Brasil, cerca de 70% das empresas não conseguem manter suas atividades funcionando por um período maior de 3 anos. Em geral, os principais motivos para um desempenho tão insatisfatório estão relacionados à falta de capital de giro, falta de qualificação gerencial, concorrência acirrada, falta de clientes, etc.

Ao montar um empreendimento, além do conhecimento político e ético, temos que fazer um bom planejamento. Uma espécie de plano de negócio, reunindo informações sobre as características e sobre as potencialidades do empreendimento que queremos criar. Deve ser construído de forma coletiva, reunindo principalmente aqueles que irão participar diretamente do empreendimento.

Programa da Oficina

Para auxiliar na organização e estruturação de um empreendimento na área de Economia Solidária e garantir seu sucesso, neste caderno iremos relacionar alguns aspectos que precisam ser definidos por todos aqueles que optam por gerar trabalho e renda para si e suas famílias de forma coletiva e solidária. Entre eles destacamos a necessidade de definir previamente:

- Quais os principais produtos ou serviços que o empreendimento pretende produzir;
- Qual a estrutura necessária para colocar o empreendimento em funcionamento;
- Como garantir a qualidade dos produtos que serão produzidos;
- De onde virão os recursos necessários para estruturar e viabilizar o funcionamento do empreendimento;
- Qual a estratégia de promoção e divulgação dos produtos e do empreendimento;
- Como o produto será comercializado e quem serão os consumidores;
- O que é e como se estrutura uma Rede e uma Cadeia produtiva;
- Qual a modalidade jurídica do empreendimento que será criado e quais os passos que devem ser seguidos;
- Como garantir a eficiência na gestão e administração de um Empreendimento Econômico e Solidário.

Observação: Concluída a discussão sobre o programa das oficinas, aproveite para fixar de forma clara a metodologia. Convide-os a fazer junto com você um ensaio imaginário numa perspectiva de constituição de uma cooperativa. Diga que para eles compreenderem melhor o conteúdo desta oficina, iremos imaginar que estamos aqui por que queremos criar uma cooperativa e vamos estudar sobre as principais questões que temos que responder previamente para que a idéia de certo.

Etapa 3

De forma dialogada perguntar que tipo de cooperativa eles conhecem. Vai anotando no quadro branco e quando tiver esgotado as informações, leia o texto sobre os principais ramos do cooperativismo. Concluída a leitura de cada um dos

itens, pare para tirar dúvidas, tentando identificar se existe alguma experiência que eles conheçam e que esteja funcionando na região deles.

Texto de Apoio 02

Principais Ramos do Cooperativismo

- **Agropecuário:** constituído por cooperativas cujos associados desenvolvem qualquer cultura ou criação rural. É o segmento com maior número de cooperativas no Brasil;
- **Consumo:** constituído por cooperativas de abastecimento cujas atividades consistem em formar estoques de bens de consumo (alimentos, roupas, medicamentos e outros artigos) para distribuição ao seu quadro social, em condições mais vantajosas de preço;
- **Crédito:** constituído por cooperativas que reúnem poupanças de seus cooperados para benefício destes, realizando empréstimos aos mesmos a juros mais baixos que os praticados pelos bancos comerciais. Podem ser de crédito rural, quando atuam no setor agropecuário; e de crédito urbano, quando funcionam como crédito mútuo dentro de empresa ou de categorias profissionais;
- **Educacional:** congrega empreendimentos cooperativos que têm como objetivo a educação nas escolas, a fundação de estabelecimentos de ensino ou sua manutenção. Normalmente, seu quadro social é formado de professores e pais de alunos, neste caso, também denominados de cooperativa escola; quando formadas apenas por alunos, são denominadas de cooperativa escolar;
- **Habitacional:** constituído por cooperativas que visam proporcionar a seus cooperados a aquisição de moradia, abrangendo atividades de construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais;
- **Especial:** constituído por cooperativas cujo quadro social é formado por pessoas que necessitam de tutela (índios, menores, deficientes mentais, auditivos etc.). Visa o desenvolvimento e maior integração social de seus associados;
- **Mineração:** ou mineral, é constituído por cooperativas que abrigam atividades de garimpo, específicas de mineração (extração, manufatura e comercialização), permitindo a seus associados uma alternativa de trabalho autônomo;
- **Produção:** constituído por cooperativas em que os meios de produção, explorados pelos associados, pertencem à cooperativa. Os cooperados são o seu quadro social, funcional, técnico e diretivo;

- **Serviço ou Infraestrutura:** constituído por cooperativas que se limitam a prestar serviços direta e exclusivamente ao seu quadro social (eletrificação rural, telefonia rural etc). O associado é o único usuário desse serviço;
- **Trabalho:** constituído por cooperativas cujo quadro social é formado por diversos tipos de profissionais que prestam serviços a terceiros. É o segmento que mais cresce atualmente;
- **Saúde:** constituído por cooperativas de médicos, odontólogos, psicólogos e atividades afins, que prestam atendimento à população, a preços mais acessíveis que os oferecidos pela iniciativa privada, podendo também ser formadas por usuários desses serviços.
- **Turismo e Lazer:** constituído por cooperativas que atuam no setor de turismo e lazer. É o mais novo segmento criado.

Etapa 4

Ler o texto abaixo e após responder: Que tipo de mercadorias se produz em nossa comunidade, cidade ou região? Que tipo de produto ou serviço nossa cooperativa pode oferecer e quem serão os consumidores? Não esquecer que alguém dever ir registrando as decisões.

Texto de Apoio 03

Definição de produtos e Serviços

Saber definir corretamente o ramo de atividade econômica (alimentício, têxtil, confecção, artesanato, reciclagem, informática, etc) e decidir qual ou quais produtos/serviços serão desenvolvidos é muito importante. Não basta ter boas intenções e produzir ou oferecer um serviço que não tenha base na realidade social e econômica na qual o empreendimento será inserido. Para produzir ou oferecer um serviço precisamos identificar com precisão as necessidades/particularidades do consumidor que pretendemos atingir. Precisamos responder quem serão os consumidores dos nossos produtos, ou seja, quem serão os nossos principais clientes, e onde estão. Para ter informações confiáveis, o ideal é realizar uma pesquisa junto ao mercado que queremos atingir. Com um bom diagnóstico das necessidades dos consumidores é possível criar e desenvolver produtos. Junto com isso precisamos definir o âmbito de atuação do empreendimento, ou seja, se

pretendemos oferecer um produto/serviço para atender necessidades do mercado local, regional, nacional ou internacional.

Observe que as decisões sobre os produtos e serviços que eles optaram por priorizar na cooperativa, não podem ser tomadas de forma isoladas. Junto com a definição dos produtos e serviços que irão oferecer, precisam ser capazes de responder se terão condições de produzir e entregar os produtos demandados pelo mercado.

4. OFICINA 02 - ESTRUTURA DE PRODUÇÃO PARA O EMPREENDIMENTO

Etapa 1

Ler o texto abaixo, debater e responder no grupo a seguinte questão: Considerando o que queremos oferecer de produto ou serviço, onde irá funcionar o nosso empreendimento? Será com recursos próprios ou será realizada uma parceria com algum outro empreendimento, entidade de apoio, prefeitura, etc? Registrar as decisões.

Texto de Apoio 04

Estrutura e Infraestrutura de Produção

Saber qual o produto ou serviço que tem aceitação no mercado e que, portanto, podemos produzir, é um aspecto muito importante. Porém existem outras condições para viabilizar um empreendimento. Abaixo identificamos algumas delas:

Estrutura de Produção

Para viabilizar o trabalho e/ou a produção o empreendimento precisa dispor de um local para produzir. A escolha do espaço físico vai depender do tipo de empreendimento. Um empreendimento de Prestação de Serviços deverá estar próximo do público-alvo. Já os Empreendimentos Industriais deverão estar atentos principalmente ao frete e transporte, meios de transporte de matérias-primas e demais produtos necessários para o processo de produção, além dos impactos ambientais. É importante considerar onde estão os clientes, fornecedores, concorrentes, infra-estrutura e logística (transporte, armazenagem e distribuição). Se a idéia é estruturar um empreendimento comercial é preciso atentar principalmente para a sua localização. Nesse caso as opções são maiores, por isso requer mais estudo. Considerando as características do empreendimento, uma loja poderá ter melhores resultados se localizada em um Shopping ou rua? Numa rua do centro ou de bairro? Numa galeria ou calçada? Em todo o caso, se o empreendimento não possuir as condições para disponibilizar um local próprio, poderá buscar parcerias com outros empreendimentos, entidades de apoio e outras entidades/instituições que apóiam a Economia Solidária.

Etapa 2

Ler o texto abaixo, debater e responder a seguinte questão: Que tipo de ferramentas e equipamentos precisamos para fazer o empreendimento funcionar? Onde podemos conseguir estes materiais? Pesquisar se a comunidade, cidade ou região não têm recursos tecnológicos disponíveis e que poderiam ser doados ou emprestados. Talvez com outros empreendimentos, prefeitura, entidades de apoio. Registrar as decisões.

Texto de Apoio 05

Ferramentas e Tecnologias de produção

Para produzir uma mercadoria que tenha valor de uso, são necessárias ferramentas e tecnologias adequadas as especificidades do produto e do empreendimento. Geralmente as tecnologias ajudam a aumentar a produtividade, diminuir os preços e tornar mais competitivo o empreendimento no mercado. Contudo, deve-se tomar cuidado quando se toma a decisão de incorporar novas tecnologias no processo de produção de um empreendimento da Economia Solidária. As vezes não compensa incorporar um conjunto de maquinário moderno ou de instrumental eletrônico porque, além, de geralmente custarem muito dinheiro e obrigar o empreendimento a se endividar, eles podem gerar paralisia e um retorno financeiro abaixo do esperado. Por isso, é importante elaborar uma estratégia de incorporação e desenvolvimento tecnológico. Uma nova tecnologia deve levar em conta os objetivos e as especificidades do empreendimento. Deve contribuir para diversificar a produção dos produtos. Às vezes, convém fazer parcerias e trocar tecnologias com outros empreendimentos da Economia Solidária. Além disso, é importante aproveitar bem os recursos tecnológicos disponíveis no interior da própria comunidade e incentivar a criatividade e desenvolver tecnologias próprias.

Etapa 3

Ler o texto “A Economia Solidária e o Desenvolvimento das Tecnologias” e discutir como o Empreendimento pode contribuir no desenvolvimento de tecnologias em benefício da Economia Solidária. Registrar as decisões tomadas.

Texto de apoio 06

A Economia Solidária e o desenvolvimento das Ciências e Tecnologias

No modo de produção capitalista acentuou-se a relação entre conhecimento e poder político. Conhecer permite dominar e controlar homens e a natureza. Assim, quem detém o controle sobre as tecnologias pode transformá-la em meio de exploração de um indivíduo sobre outros, de uma empresa sobre outras, de uma região sobre outra.

Por isso é preciso superar o senso comum e não acreditar na neutralidade da tecnologia ou da sua inexorabilidade histórica. Hoje, mais do que nunca, controle tecnológico representa poder político de dominação e também de transformação. Quem detém saber possui instrumentos para exercer o poder. Além disso, é necessário considerar sempre o porquê da escolha de determinada tecnologia em vez de outras. A seleção de uma tecnologia, a hora e o lugar de sua implementação e o modo de sua execução são determinantes e movidos por interesses bem específicos.

Para o modo de produção capitalista, o desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias na empresa servem para reduzir custos, diminuir o número de trabalhadores e aumentar a sua dependência. Já o desenvolvimento e incorporação de tecnologias para a economia solidária devem ser orientados para a facilitação do trabalho numa perspectiva de humanização da sociedade. Na concepção da ES todo indivíduo é capaz de aprender, gerar conhecimento e transmiti-lo. Estas propriedades da ação humana sobre a natureza produzem tecnologias.

Se, como sabemos, as tecnologias atendem interesses e que são resultado de relações econômicas, sociais e históricas, para a Economia solidária elas devem ser orientadas para subverter a lógica das relações econômicas tradicionais. Na Economia Solidária, elas incluem o trabalhador como protagonista da ação do trabalho e não apenas um mero objeto a serviço da acumulação de capital alheio a sua própria condição de vida.

Além disso, o desenvolvimento e incorporação de tecnologias na ES devem se orientar na perspectiva de emancipação dos indivíduos e não de aprisionamento. Portanto, não se restringe a ampliar os ganhos econômicos e pressupõe a incorporação do saber produzido no dia a dia pelo trabalhador, na busca permanente de melhor qualidade de vida para si e para os demais, na descoberta de formas inovadoras de preservação ambiental, na criação de redes de troca de saberes, na valorização da diversidade cultural.

Para a Economia Solidária Tecnologia tem haver com socialização do conhecimento, promoção da identificação coletiva com as propostas levantadas e no constante zelo pela questão da solidariedade entre os trabalhadores.

Etapa 4

Ler abaixo, debater e responder a seguinte questão: Que tipo de matéria prima iremos precisar, onde podemos encontrar e que tipos de parcerias podem ser realizadas nesta perspectiva? Registrar as decisões tomadas.

Matéria-prima

Outro aspecto (para um empreendimento de produção) está relacionado ao conhecimento e a disponibilização no mercado, dos insumos necessários para a produção. Os trabalhadores que estruturam um empreendimento precisam conhecer os insumos que estão sendo ofertados para o processo de produção e onde encontrá-los (descobrir quem são os fornecedores). Os insumos irão implicar no preço final dos produtos.

Portanto, é necessário combinar o desenvolvimento de produtos com a oferta de materiais disponíveis no mercado. É bom lembrar que muitos insumos quando comprados em pequena escala, possuem um preço mais elevado e para a produção de determinados produtos podem ser encontrados materiais alternativos. Além disso, pequenos empreendimentos nem sempre possuem as condições para trazer matéria-prima de muito longe.

Por isso, sempre é mais vantajoso buscar desenvolver produtos quando a matéria-prima está sendo ofertada perto da própria comunidade onde o empreendimento está instalado. Fazer compras coletivas juntando as demandas de vários empreendimentos, também ajuda a diminuir o custo da matéria-prima. É importante lembrar que os empreendimentos que articulam toda uma cadeia de produção reduzem significativamente as dificuldades.

Portanto, não deixe de buscar informações sobre fornecedores e não esqueça de considerar a distância física, o custo de referências, o custo de frete, a qualidade, a capacidade de fornecimento, o preço, o prazo e a forma de pagamento e de entrega.

Etapa 5

Ler abaixo, debater e responder a seguinte questão: Como iremos garantir o transporte e deslocamento quando necessitarmos de insumos, deslocar equipamentos, pagar contas, vender os produtos? Precisaremos ou não de telefone, etc? Que tipo de parcerias podem ser realizadas para reduzir este tipo de despesa ou investimento? Registrar as decisões tomadas.

Logística

Saber o que e onde comprar ou vender é importante. Contudo, para dispor da matéria prima ou escoar a produção, o empreendimento precisa dispor de uma logística adequada às suas necessidades. Esta logística varia de empreendimento para empreendimento, mas sempre implicará em algum tipo de custo.

No entanto, é certo que sempre haverá deslocamentos para buscar insumos complementares, entregar um produto, pagar contas, encaminhar um documento na receita federal, participar de uma reunião ou de uma negociação. Além disso, alguém do grupo estará envolvido com este tipo de tarefa. Dependendo como estas tarefas são estruturadas e da logística disponível, ela poderá travar o processo de produção, inviabilizar as vendas, reduzir os ganhos, etc.

Por isso, é muito importante que no planejamento, estes custos e investimentos sejam levados em conta. Muitos empreendimentos realizam parcerias, se organizam em redes e com isso reduzem os custos e ampliam suas potencialidades.

5. OFICINA 03 - A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE E PREÇOS PARA VIABILIDADE ECONÔMICA DE UM EMPREENDIMENTO ECONÔMICO E SOLIDÁRIO

Etapa 1

Ler o texto abaixo, organizar grupos de discussão para responder as questões abaixo. Após, em plenário, apresentar, debater e sistematizar:

- I) Até que ponto somos capazes de produzir um produto ou ofertar um serviço de qualidade? Será que não iremos precisar de apoio externo?
- II) O grupo precisa de qualificação? Quem pode ajudar nesta tarefa?
- III) Como o trabalho será feito e quem coordena a produção? Todos vão fazer tudo ou iremos dividir o grupo e cada um irá fazer uma parte? É importante que todos tenham uma noção geral como se dá o processo de produção ou basta que o coordenador saiba tudo sobre produção?
- IV) Como será a nossa rotina de trabalho? Carga Horária, intervalo, etc?
- V) Registrar as decisões tomadas.

Texto de Apoio 07

Produção e Qualidade dos Produtos

Para viabilizar um empreendimento não basta reunir um grupo que tenha interesses e desejos em comum. É necessário garantir a produção com a qualidade necessária e cumprir os prazos de entrega. Muitos empreendimentos dispõem de demandas de produção, mas enfrentam dificuldades na organização do fluxograma de produção e não conseguem produzir com qualidade.

É fundamental saber descrever o processo operacional ou fluxograma de produção e nele definir passo a passo, as etapas necessárias à concretização do produto final ou do serviço, desde a solicitação de um pedido até a entrega de um produto/serviço. Para descrever o *processo operacional* precisamos fazer as seguintes perguntas:

- Como o trabalho será feito?
- Quem o fará?

É preciso identificar quais os conhecimentos e experiências possuem cada um dos associados. Se no interior do grupo não existe conhecimento técnico para garantir o processo produtivo, pode-se incorporar novos sócios, contratar

temporariamente um profissional habilitado ou realizar uma parceria com uma entidade que irá auxiliar no processo de capacitação do grupo. Além disso, podem ser examinadas alternativas em relação aos processos, ao jeito de fazer, aos equipamentos, às matérias-primas, visando sempre a qualidade e o melhor preço de sua mercadoria ou seu serviço. Dependendo do tipo de negócio, busque ajuda de entidades parceiras que trabalham com economia solidária, de centros de tecnologia, escolas técnicas, de universidades, feiras, revistas especializadas, programas de rádio e televisão. E não deixe de observar e pesquisar sobre os produtos e processos produtivos dos concorrentes capitalistas.

Para garantir qualidade, conhecer bem os produtos e fazer uma boa apresentação é preciso saber qual será o provável uso dos produtos pelos consumidores tendo o cuidado de não criar falsas expectativas. Para não comprometer o bom andamento do empreendimento, é importante conversar com os sócios sobre o que estão produzindo, como e para quem. É bom lembrar que o setor comercial só pode fazer um bom trabalho se souber o que está vendendo e quem pode se interessar pelo produto.

Por outro lado, ainda, para a Economia Solidária, a questão da qualidade dos produtos e serviços deve combinar o atendimento das exigências de mercado com a garantia de relações de trabalho saudáveis e respeito ambiental. Para valer a pena, o processo de trabalho deve contribuir para a superação da alienação do trabalhador. Deve zelar pelo respeito a diversidade de gênero e pela socialização de conhecimento. Além disso, a ES busca aproximar o trabalhador do fruto do seu trabalho. Portanto, qualidade do produto, qualidade do processo produtivo e de gestão, e qualidade de vida para os trabalhadores são aspectos complementares.

6. OFICINA 04 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS PARA A ESTRUTURAÇÃO DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO E SOLIDÁRIO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Etapa 1

Ler o texto abaixo, debater e responder as questões: Quais os investimentos financeiros que precisamos fazer, quanto custa e como vamos conseguir o dinheiro? Registrar as decisões.

Texto de Apoio 08

Investimentos financeiros necessários para garantir o funcionamento do Empreendimento

Todo e qualquer empreendimento, seja ele Capitalista ou da Economia Solidária necessita de capital para se estruturar e adquirir os insumos necessários com vistas a viabilizar o processo de produção. Normalmente, os capitalistas dispõem de patrimônio acumulado e de instrumentos públicos de financiamento. Muitos empreendimentos de Economia Solidária se estruturam a partir de trabalhadores desempregados e sem poupança para a realização de investimentos. Além disso, só mais recentemente, a partir da constituição da Secretaria Nacional de Economia solidária, no Governo Federal, estão sendo estruturadas algumas políticas públicas de fomento a Economia Solidária.

Então como resolver os problemas de falta de recursos para realizar os investimentos iniciais para viabilizar o funcionamento do empreendimento?

O ponto de partida para a estruturação de um empreendimento deve ser os recursos disponíveis entre os próprios trabalhadores associados. Por outro lado, podem ser realizadas parcerias com entidades sociais que são apoiadoras da Economia Solidária, com universidades, prefeituras, entidades de classe, etc. Além disso, podem ser implementados alguns projetos de captação de recursos de forma alternativa.

A busca de soluções para a problemática das finanças solidárias se constitui num desafio do conjunto dos Empreendimentos, das Entidades de Apoio e dos Gestores Públicos que apóiam a Economia Solidária. Abaixo destacamos algumas formas e estratégias que vem sendo implementadas no Brasil.

Etapa 2

De forma dialogada refletir sobre como os empreendimentos da Economia Solidária estão resolvendo estes problemas. Após ler todos os textos abaixo que tratam sobre finanças solidárias e debater.

Texto de apoio 09

Finanças Solidárias

As finanças solidárias são uma forma de democratização do sistema financeiro, desenvolvendo produtos financeiros adequados as necessidades básicas da população, que sejam capazes de fortalecer as iniciativas de geração de trabalho e renda de caráter popular. Elas priorizam os excluídos do sistema financeiro tradicional. Dentre os seus principais instrumentos estão os fundos rotativos, os bancos comunitários, os clubes de troca e as moedas sociais.

Bancos Comunitários

Os Bancos Comunitários são organizações destinadas a fornecer crédito popular para comunidades de baixa renda. Estas instituições, que na maioria das vezes assumem a forma jurídica de Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP), caracterizam-se pelo vínculo com as comunidades onde estão instalados, já que as próprias comunidades é que exercem a sua gestão, por meio dos seus representantes.

Um Banco Comunitário oferece crédito em condições bastante diferenciadas de uma instituição financeira tradicional, tendo como marca registrada, o aval solidário sem exigência de garantias reais para o financiamento. Mas o crédito é apenas um dos serviços oferecidos por um Banco Comunitário. Ele preocupa-se também, em perceber as potencialidades da comunidade da qual faz parte, e a partir daí, estimula a constituição de novas atividades produtivas. Além disso, trabalha para promover a articulação entre os empreendimentos que apóia, como forma de potencializar a sua própria atuação e dos empreendimentos.

Um outro elemento característico do Banco Comunitário é a moeda social. Ela é utilizada como forma de manter a renda que é gerada dentro da própria comunidade. Os Bancos Comunitários realizam convênios com comerciantes locais para que estes aceitem a moeda social e dêem descontos para aqueles que a

utilizem. Esta moeda está lastreada em moeda nacional corrente, e pode ser trocada no Banco Comunitário a qualquer momento.

Hoje existe no Brasil uma Rede Nacional de Bancos Comunitários, envolvendo instituições de vários estados, que vem trabalhando para ampliar o numero de bancos existentes em todo país.

Fundos rotativos solidários

O principal objetivo dos fundos solidários é contribuir para a melhoria das condições de vida de homens e mulheres excluídos do campo e da cidade, através do acesso ao crédito popular, para iniciativas produtivas e infra-estrutura comunitária. Eles visam valorizar e aprimorar a produção familiar e o associativismo comunitário através do crédito, da capacitação, do acesso a fundos e políticas públicas, da promoção da auto-estima e da participação e autonomia em suas organizações.

A maioria dos fundos rotativos ou solidários estão ligados e são dirigidos por instituições religiosas. Eles têm uma longa história de existência no Brasil, tendo sido financiados ao longo desse período por organizações internacionais, como é o caso dos fundos rotativos da Cáritas Brasileira, que contam com o apoio da Misericórdia, uma instituição alemã, ligada à Igreja Católica.

Clubes de Troca

Inicialmente poderá parecer estranho colocar o conteúdo do clube de troca na área de crédito. No entanto, o clube de trocas funciona como um mecanismo de capitalização através da permuta de bens, serviços, comestíveis, plantas, roupas, enfim, tudo que existe na economia formal. A genialidade está na forma do intercâmbio sócio-econômico, no mecanismo da reciprocidade utilizada para fazer as trocas, no qual um grupo de indivíduos se reúne para realizar trocas. Para isso, emite uma moeda, que somente tem valor e aceitação no grupo.

Também, é formada uma espécie de comissão que funciona como coordenadora do processo, fazendo o papel de banco central dessa moeda solidária. A coordenação é responsável pela emissão, guarda, distribuição, controle e escrituração da moeda (quanto cada membro do grupo recebeu de moeda). Quando uma pessoa adere a um clube de troca ela recebe uma quantidade de moeda social, em troca dos produtos que oferece para troca. De posse dessa

moeda pode transacionar dentro do grupo: comprar e vender. Logo, o clube de troca é um mecanismo de crédito e capitalização dos micros e pequenos empresários do setor formal e informal.

Moeda Social

A moeda social não é um sistema alternativo e sim complementar à economia. Ela é produzida, distribuída e controlada por seus usuários. Por isso, o valor dela não está nela própria, mas no trabalho que pode fazer para produzir bens, serviços, saberes, etc. Esta moeda não tem valor até que se comece a trocar o produto pelo produto, o serviço pelo serviço, o produto pelo serviço ou o serviço pelo produto. A moeda começa a servir como mediadora destas trocas. Ela é diferente também porque não está ligada a nenhuma taxa de juros, por isso não interessa a ninguém guardá-la, mas trocá-la continuamente por bens e serviços que venham responder às nossas necessidades. No mundo de hoje, a moeda mudou o conceito do valor das coisas e dos bens, redirecionando para o valor do trabalho humano que elas representam. É uma moeda isenta de imposto e a prova de inflação, o que é justo, pois uma hora de serviço sempre equivalerá à uma hora. Ao fazer parte deste sistema, vai sendo criado um tecido social que integra as pessoas numa rede segura, que oferece proteção contra as mudanças. A moeda social faz com que os membros da rede gastem menos com moedas correntes. As pessoas que utilizam as moedas sociais praticam a solidariedade, a fraternidade e o amor, elas são “prossumidoras”, (termo inventado por Alfin Toffler em seu livro A Terceira Onda, ou seja, pessoas que são ao mesmo tempo consumidoras e produtoras de bens e serviços).

Experiência em Processo

Na comunidade Conjunto das Palmeiras, uma favela de Fortaleza (CE), onde 90% dos 30 mil moradores ganham até dois salários mínimos, a moeda social se chama Palmares. A Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras criou um banco que faz empréstimos, financia negócios e concede cartão de crédito para a sua clientela, formada por famílias de baixa renda. Quando teve início, o **Banco Palma\$** contava com uma capital de R\$ 6.500,00 (seis mil e Quinhentos reais) e 77 correntistas. Em meio à alta dos juros provocada pela crise asiática, o Palma\$ cobrava uma taxa de 1,5% ao mês. A área de atuação do banco, no entanto, é

restrita ao Conjunto Palmeiras. A idéia surgiu quando a associação decidiu eleger a geração de emprego e de renda como prioridade. Daí veio a decisão de criar um banco que estimulasse empreendimentos entre os moradores e que, ao mesmo tempo, viabilizasse o consumo interno na comunidade.

Atualmente, o carro chefe dos serviços prestados pelo banco é o Palmacard, um cartão de crédito que dá acesso a compras numa rede de 57 pequenos estabelecimentos do bairro. O limite inicial do cartão é de R\$ 20,00 (vinte reais), mas sobe gradativamente, podendo chegar a R\$ 100,00 (cem reais), dependendo do comportamento do usuário. O pagamento das compras efetuadas com o cartão é feito mensalmente, sem cobrança de juros. O cartão fortalece comerciantes do bairro e ajuda os moradores em pequenas compras de emergência. O objetivo é criar um mercado para produtos fabricados pelos moradores.

O Banco Palma\$ concede ainda empréstimos de até R\$ 300,00 (trezentos reais) para que moradores possam montar pequenos negócios ou comprar equipamentos para trabalhar. A inadimplência tem sido nula desde o início do funcionamento do banco.

7. MÓDULO 05 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS E EMPREENDIMENTOS

Etapa 1

Na abertura ler o texto abaixo:

Texto de apoio 10

O Eterno Problema de Comunicação nas Empresas

Este hilariante texto é até que razoavelmente antigo, mas jamais ultrapassado: afinal de contas, ainda que a tecnologia avance voraz e velozmente, continuará simplesmente sendo uma ferramenta de comunicação a serviço... das pessoas!

De: Diretor Presidente para Gerente

Na próxima sexta-feira, aproximadamente às 17 h, o cometa Halley estará nesta área. Trata-se de um evento que ocorre somente a cada 76 anos. Assim, por favor, reúnam os funcionários no pátio da fábrica, todos usando capacete de segurança, quando explicarei o fenômeno a eles. Se estiver chovendo, não poderemos ver o raro espetáculo a olho nu - sendo assim, todos deverão dirigir-se ao refeitório, onde será exibido um filme-documentário sobre o cometa Halley.

De: Gerente para Supervisor

Por ordem do Diretor Presidente, na sexta-feira, às 17 h, o cometa Halley vai aparecer sobre a fábrica. Se chover, por favor, reúnam os funcionários, todos de capacete de segurança, e os encaminhem ao refeitório, onde o raro fenômeno terá lugar, o que acontece a cada 76 anos a olho nu.

De: Supervisor para Chefe de Produção

A convite do nosso querido Diretor, o cientista Halley, 76 anos, vai aparecer nu no refeitório da fábrica usando capacete, pois vai ser apresentado um filme sobre o problema da chuva na segurança. O Diretor levará a demonstração para o pátio da fábrica.

De: Chefe de Produção para Mestre

Na sexta-feira, às 17 h, o Diretor, pela primeira vez em 76 anos, vai aparecer no refeitório da fábrica para filmar o Halley nu, o cientista famoso e sua equipe. Todo

mundo deve estar lá de capacete, pois será apresentado um show sobre a segurança na chuva. O Diretor levará a banda para o pátio da fábrica.

De: Mestre para Funcionário

Todo mundo nu, sem exceção, deve estar com os seguranças no pátio da fábrica na próxima sexta-feira, às 17 h, pois o “manda-chuva” (o Diretor) e o Sr. Halley, guitarrista famoso, estarão lá para mostrar o raro filme "Dançando na Chuva". Caso comece a chover mesmo, é para ir pro refeitório de capacete na mesma hora. O show será lá, o que ocorre a cada 76 anos.

Aviso para Todos

Na sexta-feira, o chefe da Diretoria vai fazer 76 anos, e liberou geral pra festa, às 17 h no refeitório. Vai estar lá, pago pelo manda-chuva, Bill Halley e Seus Cometas. Todo mundo deve estar nu e de capacete, porque a banda é muito louca e o rock vai rolar solto até no pátio, mesmo com chuva.

Etapa 2

Ler coletivamente o texto abaixo, debater e refletir sobre os principais mecanismos e estratégias de divulgação. Para auxiliar relacionamos alguns deles:

- Através do mecanismo de “boca-a-boca”;
- Através de carro de som com mensagens sobre a qualidade e localização dos produtos;
- Através de inserções de peças publicitárias em algum veículo de comunicação (jornal, rádio, televisão);
- Através de correspondência personalizada oportuna em datas comemorativas (aniversário, formatura etc.) e festivas (Natal, ano novo etc.), ou ainda, no lançamento de uma linha de produtos;
- Através da constituição de uma rede de consumidores comprometidos;
- Por telefone;

Observação: Se possível levar alguém de uma agencia de publicidade para dar uma palestra rápida.

Texto de Apoio 11

Promoção e Divulgação dos Produtos e Empreendimentos

Na sociedade capitalista não se produzem mercadorias para satisfazer necessidade ou gerar emprego. A produção e comercialização de mercadorias estão sempre associadas à lógica do lucro. Porém, no atual estágio de funcionamento da sociedade capitalista, a grande e diversificada produção e oferta de mercadorias, está restringindo as possibilidades de comercialização. Não por acaso, os mecanismos de marketing e propaganda estão cada vez mais sofisticados. Neste contexto, o papel e a autonomia dos consumidores se relativiza. Através de um conjunto de mecanismos ofensivos na área da promoção publicitária, os hábitos dos consumidores são influenciados, fazendo com que muitas vezes percam a noção real de suas próprias necessidades. Não é por acaso que muitas empresas acumulam fortunas produzindo e vendendo mercadorias e produtos descartáveis.

Quem se propõe a estruturar um empreendimento de Economia Solidária deve saber que além de produzir precisa vender. Precisa vender com a satisfação do cliente. O cliente é uma força indispensável para o futuro empreendimento. Ele é o alvo dos produtos e/ou serviços e deverá sentir-se plenamente atendido, entender que o preço a ser pago é justo e que os produtos/serviços correspondem à qualidade por ele esperada. Portanto, os produtos e suas qualidades intrínsecas devem ser permanentemente divulgados. A divulgação deve ser orientada para os potenciais consumidores que estão localizados no interior do mercado que nos propomos a atingir. Como já dissemos, este mercado pode ser local, regional, estadual, nacional ou mesmo internacional. Mas qual a estratégia e quais os mecanismos para definir o mercado consumidor?

A promoção e divulgação dos produtos de qualquer empreendimento dependem em parte do volume de recursos financeiros disponíveis para a realização de campanhas publicitárias. Porém, muitas vezes, a disponibilidade de recursos financeiros é limitada para os empreendimentos da Economia Solidária. O que fazer para contornar o problema? O que queremos que as pessoas digam dos produtos do nosso empreendimento?

Etapa 3

Dividir a turma em grupos e construir uma proposta de divulgação dos produtos. Após reúne o grupo todo e sistematiza os registros.

8. OFICINA 06 - COMERCIALIZAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Etapa 1

Ler o texto abaixo e debater:

Texto de apoio 12

Comercialização e Economia Solidária

Grande parte dos empreendimentos da Economia Solidária enfrenta dificuldades para garantir o escoamento e a comercialização de seus produtos. As principais razões estão relacionadas à reduzida escala de produção. A maioria dos empreendimentos da Economia solidária produz em pequena escala e para comercializar seus produtos dependem de atravessadores que acabam se apropriando da maior parte do valor produzido. E quando optam pela comercialização direta, vêem os resultados econômicos restringidos por conta dos custos da logística e do transporte. Quando conseguem estabelecer relações de comercialização direta com os consumidores, o retorno já é mais satisfatório.

Por outro lado, a falta de experiência sobre a estrutura do mercado também restringe as possibilidades de ganhos. Dar conta do processo de produção e da comercialização ao mesmo tempo exige um conhecimento ampliado. E quando este conhecimento é apropriado falta tempo para combinar as diferentes atividades.

Fazer comercialização sempre requer planejamento, tanto de mercado como de produtos. Saber até onde se pode ir, qual escala de produção que se tem e a quantidade a oferecer é um determinante para sabermos qual mercado podemos atingir. De nada adianta propormos exportação em grande escala se a nossa produção não permite tanto.

Etapa 2

Ler sobre as diferentes modalidades de comercialização sobre as vantagens e desvantagens de cada um:

Texto de Apoio 13

Modalidades de Comercialização

Para dar conta deste desafio precisamos dimensionar as diferentes modalidades de comercialização e pensar estratégias coletivas de comercialização. Abaixo iremos destacar algumas modalidades de comercialização e apresentar uma

experiência importante que está auxiliando no processo de comercialização dos produtos oriundos da Economia Solidária.

Feiras

A organização de feiras já é uma prática antiga de Economia Solidária. Pode-se dizer, a grosso modo, que a comercialização via feiras foi a primeira forma efetiva de comércio da Economia Solidária. A feira se configura como um grande ponto de encontro dos grupos para comercializar seus produtos e trocar experiências.

Potencialidades importantes das feiras:

- Troca de experiências entre os produtores;
- Valor maior do produto, já que não há intermediários;
- Contato direto com o consumidor;
- Aprendizado na comercialização direta.

Pontos Fixos (lojas)

Constituir empreendimentos fixos de comercialização ainda é um dos grandes desafios para os empreendimentos da Economia solidária. A sustentabilidade econômica é difícil, pois muitas vezes o fluxo de comercialização não consegue cobrir as despesas fixas, como aluguel, contratação de pessoal, e demais custos.

É preciso criatividade e profissionalismo na constituição deste tipo de empreendimento. Um dos desafios é encontrar um posicionamento geográfico estratégico para funcionamento da loja. Enquanto vantagem carrega em si a possibilidade de comercialização regular dos produtos e maior taxa de retorno financeiro. Mas precisa garantir escala para garantir o pagamento das despesas fixas e variáveis visando a manutenção do empreendimento. Garantir escala exige compromisso e parcerias com outros empreendimentos. Estruturar um espaço para comercializar os produtos de um só empreendimento não gera sustentabilidade.

Algumas orientações que podem ser distribuídas e debatidas entre os participantes:

- Avalie o contrato, as condições de pagamento e o prazo do aluguel;
- Verifique se o preço é compatível com sua capacidade de investimento, com o prazo de retorno e o movimento esperado;
- Observe a facilidade de acesso, a visibilidade, volume do tráfego, local para estacionamento, nível de ruído;

- Proximidade de concorrentes e similares;
- Observe o movimento dos locais escolhidos durante vários dias e em horas alternadas;
- Dê preferência para lojas no nível da rua e sem recuo, para aumentar a visibilidade;
- Evite os últimos andares e corredores sem saída dos shoppings;
- A formalização do empreendimento prevê uma série de procedimentos burocráticos de registro, sendo estes diferenciados de acordo com a atividade do empreendimento, seja ela indústria, comércio ou serviço;

Vantagens e desvantagens na estruturação e funcionamento de uma loja num Shopping:

Vantagens: Campanhas promocionais; segurança; amplo estacionamento; conforto, praticidade.

Desvantagens: Alto investimento na aquisição da loja, taxa de condomínio alta, cobrança de fundo de promoção, regras de funcionamento, cobrança de estacionamento.

No Comércio de Rua:

Vantagens: Custos mais baixos, maior liberdade de gestão, estacionamento gratuito.

Desvantagens: Falta de segurança, dificuldade de estacionamento, falta de campanhas promocionais.

Vendas Eletrônicas

O comércio eletrônico tem sido no mercado tradicional uma poderosa ferramenta, mas a Economia Solidária pouco usou deste mecanismo até o momento. Vários sítios fazem ensaios e até mesmo efetivam uma pequena comercialização, muitas vezes de âmbito local ou regional. Entretanto uma comercialização nacional que atinja o universo de consumidores e produtores pouco ou quase nada existe.

Algumas potencialidades:

- Vendas em âmbito mundial;
- Visibilidade global;
- Qualidade de apresentação do produto através de textos;

- Interação com outros sítios.

Organização de consumidores

Criar grupos organizados que façam compras coletivas diretamente dos produtores é uma prática que exige muito trabalho. Quem opta por participar de um empreendimento desta natureza deverá possuir elevada consciência política e compromisso com a Economia Solidária. Estes consumidores contribuem para difundir e qualificar a discussão do consumo ético e solidário. Contudo, exige uma forte aproximação com os empreendimentos e um número limitado de participantes para viabilizar os custos da logística necessária à compra e entrega dos produtos aos associados.

Comprar coletivamente além de garantir muitas vezes um preço mais acessível dos produtos ao grupo consumidor, é uma ferramenta pedagógica interessante no que tange as relações associativas. Discutir coletivamente o que comprar, onde comprar e por que comprar, passa pela discussão do consumo. Gerenciar recursos coletivamente, garantir a distribuição justa dos produtos adquiridos e fomentar a transparência faz com que os valores associativos sejam colocados em prática.

Representação comercial

Muitos dos produtos da Economia Solidária precisam de escalas maiores para viabilizar o empreendimento. Algumas empresas recuperadas têm produções de qualidade, mas não conseguem atingir os mercados pela falta de uma estrutura de comercialização eficiente e até mesmo um marketing agressivo. Ter um grupo de representantes para oferecer os produtos pode ser a única forma de sobrevivência.

Grandes redes de supermercados

Alguns empreendimentos da Economia Solidária podem encontrar soluções para o escoamento da produção através do estabelecimento de parcerias com as grandes redes de supermercados. Mas é preciso ficar atento, pois, muitas destas empresas praticam preços extorsivos ou exigem que os produtos fiquem de forma consignada nos estabelecimentos, deixando o risco de comercialização por conta do produtor. A vantagem é a grande escala a ser oferecida, pois o consumo maior de

produtos alimentares se dá por estas grandes redes devido ao agressivo marketing e poder econômico dos mesmos.

Compras governamentais

O apoio do poder público direcionando as suas compras ao segmento da Economia Solidária, principalmente para os produtos alimentares da Agricultura Familiar tem crescido no último período. Governo municipal, estadual e federal, tem cada vez mais direcionado suas compras aos pequenos produtores. Em nível nacional, a CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento – tem contribuído para o escoamento da produção na Economia Solidária. Além de planificar a produção o produtor consegue garantir o preço de mercado, pois a regularidade de consumo é garantida. Porém, para potencializar esta ferramenta se faz necessário uma legislação específica que regule este tipo de operação no âmbito do Estado.

Etapa 3

Ler sobre Comércio Justo e Debater:

Texto de Apoio 14

Comércio Justo e Solidário

O tema do Comércio Justo e Solidário ainda é um tema muito novo para a Economia Solidária. Vêm de poucos anos pra cá a discussão sobre formas de comercialização e alternativas mais adequadas às necessidades dos empreendimentos. Muitas vezes, este tema é tratado com certo preconceito, pois a maior parte dos mecanismos de comercialização foi por muitos anos dominado e aperfeiçoado pelo sistema capitalista.

Na Europa, há 30 anos, surgiu um novo movimento de comercialização chamado de Comércio Justo. Este movimento tem uma organização e vida própria, entretanto, não pode ser confundido com o movimento da Economia Solidária. Os mecanismos e formas de comercialização convergem em alguns aspectos, mas a Economia Solidária é muito mais que somente a comercialização e mesmo neste tema tem uma série de experiências e vivências de comercialização que o comércio justo ainda não incorpora.

O debate sobre o comércio para a Economia Solidária está em andamento, e longe de chegar a um consenso ou mesmo a um regramento mais orgânico sobre os

critérios. Estamos desafiados a encontrar mecanismos que sejam mais adequados às necessidades e à especificidade dos empreendimentos. Fazer do empreendimento um protagonista comercializador é fundamental, assim como tira-lo das “mãos” dos atravessadores capitalistas.

Muitas organizações já discutem este tema, tanto que já há uma diferença na concepção usada na Europa (comércio justo) para a usada no Brasil (Comércio Justo e Solidário). Um dos pioneiros neste tema no Brasil foi o Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário – FACES do Brasil, uma organização que aglutina diversos atores que atuam neste campo. Existem muitas outras organizações que atualmente envolvem-se com este tema no Brasil, como por exemplo, a Visão Mundial e a Organização dos Produtores Familiares para o Comércio Justo -OPFCJ.

Atualmente o governo federal está discutindo com diversas organizações envolvidas diretamente com o comércio justo a construção de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Um dos principais pontos desta discussão é a construção de um sistema de certificação pública, com participação das instituições privadas, mas com garantia da certificação participativa. Isto permitirá o envolvimento direto dos produtores no processo de certificação.

Etapa 4

A partir do debate reunir em grupo e construir uma estratégia de comunicação que dialogue com a especificidade do empreendimento.

9. OFICINA 07 - REDES DE EMPREENDIMENTO E CADEIAS PRODUTIVAS

Etapa 1

Ler o texto abaixo, debater sobre os objetivos de uma Rede de Empreendimentos Econômicos e Solidários.

Texto de Apoio 15

Redes de Cooperação em Economia Solidária

Rede é uma estrutura organizada, coletiva, interconectada e solidária. Uma teia de aranha é uma rede. É uma rede individual e com características de luta pela sobrevivência. Mas é totalmente interconectada, a aranha fica no centro e qualquer movimento na periferia repercute nesse centro. Uma rede de pesca é uma rede. Um conjunto de “linhas e pontos (nós)” interligados (interconectados). A rede de pesca permite uma produção maior do que a que é obtida por linha e anzol.

Desses exemplos concluímos que uma rede é um meio de garantir a sobrevivência, o aumento da produção, a economia de esforço e a unidade, em suma, é um bom modo de utilizar a inteligência. **Então, uma Rede é uma estratégia de sobrevivência.**

Uma rede é necessariamente coletiva, um empreendimento não pode formar uma rede com ele mesmo. É como uma “cooperativa de cooperativas (empreendimentos solidários)”. Em geral, ela reúne empreendimentos solidários situados em diferentes territórios.

Uma rede é interconectada. Todos os participantes têm que se comunicar entre si. Essa é uma condição “*Sine Qua Non*”, sem comunicação não há troca, não há cooperação. Uma rede é solidária porque solidariedade, cooperação e autogestão andam juntas. Não há cooperação entre adversários. Solidariedade é a alma da cooperação, isso significa apoio mútuo, esforço conjunto, desenvolvimento comum, economia de escala e melhores resultados. A rede é autogestionária porque sua administração é realizada pelos próprios trabalhadores cooperados dos empreendimentos que dela fazem parte.

Principais objetivos de uma Rede de Economia Solidária

Uma Rede de Economia Solidária (envolvendo produção, distribuição e consumo) visa:

- Possibilitar a soma de esforços e inteligência no intuito de reduzir custos, aumentar a rentabilidade, ampliar a abrangência de atuação dos integrantes, fortalecer o cooperativismo e a economia solidária;
- Eliminar a exploração das pessoas e a degradação do meio ambiente;
- Viabilizar que os integrantes comprem produtos e serviços uns dos outros;
- Organizar compras conjuntas (por atacado) e dividir custos com infraestrutura e equipamentos. Na Rede os produtores e prestadores de serviço compram em conjunto as matérias-primas, compartilham equipamentos, instalações, etc, reduzindo os custos e aumentando o excedente produzido;
- Organizar um fundo comum para ampliação e aperfeiçoamento da Rede;
- Criar outras cooperativas e empreendimentos para atender demandas da Rede (matérias-primas, materiais diversos, etc) formando e fortalecendo uma cadeia produtiva;
- Envolver a comunidade local por meio do convite à integração na Rede, de cooperativas populares, hortas comunitárias, associações de produtores, grupos de produção e serviço que desejam praticar o consumo e a produção solidária;
- Praticar o Consumo Solidário, que significa produzir e consumir produtos em cuja elaboração os seres humanos não foram explorados e o ecossistema não foi prejudicado ou agredido.

Etapa 2

Ler sobre pelo menos uma das experiências de Redes abaixo e refletir a luz dos requisitos prescritos para o funcionamento de uma rede de cooperação.

Texto de apoio 16

Requisitos para uma rede de cooperação

- **Informação e comunicação** – este é um ponto crucial, numa rede todos têm que saber sobre todos os aspectos econômicos. O que cada um vende, o que compram, quando, de onde, onde estão, quais suas necessidades, quais suas potencialidades, etc.

- **Centro** – as redes naturais ou do mundo do trabalho tem centro. Por exemplo, uma tarrafa (fio no centro, ligação entre o instrumento e o pescador), uma teia de aranha (fio central, de comunicação). O centro é o coração da rede. Não é necessário ser um centro físico, pode ser virtual (página da Internet). É onde existe a legalidade da rede, o comando da rede, o ponto de encontro da rede. De preferência deve ser em território neutro.
- **Logística** – fator importante para vencer a geografia. Logística é transporte, distribuição, apoio tático, armazenagem, estocagem, etc. Liga-se com o centro da rede.
- **Padronização** – é um objetivo a ser perseguido pela rede na medida do possível. A padronização interna e externa permite redução de custo, melhor visibilidade, higiene, melhor armazenagem, etc. Por exemplo, só teremos ganhos em escala na compra de matéria-prima se todos da rede escolherem (demandarem) a mesma matéria-prima, no caso da produção da mesma mercadoria.
- **Regras claras** – a rede tem que ter um código de conduta (oficial), uma ética interna, um respeito mútuo. A rede tem que se formalizar. Mesmo que comece informal ela deve buscar sua legalidade e legitimação.
- **Solidariedade** – ter cooperação no lugar de competição.

Texto de Apoio 17

Experiências em Processo

Projeto Esperança / Coesperança

É uma experiência que faz parte da Cáritas/RS, e está organizada em 16 regiões do RS e que trabalha historicamente na EPS há mais de 20 anos. A idéia desta experiência partiu de um livro chamado “A Pobreza/Riqueza dos Povos”.

Tem como missão promover, incentivar, desencadear e construir o desenvolvimento urbano e rural, através da organização dos trabalhadores do campo e da cidade de forma cooperativada. Na certeza de estar construindo um projeto de sociedade socialmente justa, economicamente viável, ambientalmente sadia, organizadamente cooperativada, politicamente democrática, animando e

fortalecendo a cultura da solidariedade, integrando o meio urbano e o meio rural. Esta é a principal lógica da criação do Projeto.

O Projeto Esperança surgiu na prática em 1987 e na reflexão há mais de 20 anos. Dois anos após a implementação do programa surgiu a Coesperança, que é uma cooperativa, e que trabalha integrada ao Projeto Esperança. É uma cooperativa mista dos trabalhadores rurais e urbanos, vinculados ao Projeto. São duas frentes que se fundem e as suas bases são os trabalhadores(as) urbanos(as) e rurais.

Cada grupo forma uma associação ou empreendimento solidário e depois se integra ao Programa como um todo e se associa a Coesperança, que é uma central, aos moldes da COCEARGS (Central de Cooperativas de Assentamentos da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul), que trabalha com os assentamentos da Reforma Agrária. A diferença entre as duas centrais é que o Projeto Coesperança trabalha com grupos urbanos e rurais e não com assentamentos. As bases do trabalho são os grupos organizados. Não tem possibilidade de um indivíduo, sozinho, se associar à Coesperança. O meio de articulação é o grupo.

O Projeto abrange hoje 30 municípios, com 176 grupos organizados, articulando diretamente mais de 3.500 famílias, com os consumidores e beneficiados indiretos mais de 15.000 pessoas, desde a organização, a formação, a produção, a agroindústria familiar e a comercialização direta. Desde o início está presente toda a questão da comercialização direta para fortalecer a cadeia. O projeto Esperança/Coesperança busca um consumo justo, ético e solidário, onde a marca que predomina é a marca da solidariedade e das condições das pessoas terem acesso tanto ao alimento quanto à qualidade de vida.

O projeto também desenvolve a dimensão cultural e todas as questões de gênero. Pretende ter cada vez mais uma sociedade de homens e mulheres que constroem juntos um novo projeto de sociedade. Nesta dimensão propõe a transformação pela solidariedade.

Uma das grandes características do Projeto é o fortalecimento da solidariedade. Desde a organização, a produção, a inclusão social, o consumo ético e solidário, onde as pessoas de fato se tornam verdadeiros sujeitos, e nesse sentido a articulação dos empreendimentos entre si é muito grande. Os espaços de comercialização são um grande espaço onde os grupos podem cada vez mais fortalecer a sua caminhada.

A relação dos empreendimentos com demais organizações e parcerias também é um eixo muito importante que vem sendo trabalhado. O Projeto como um todo dialoga e articula com organizações governamentais, não governamentais, demais movimentos populares (sindicatos, universidades) e a sociedade civil organizada. Neste sentido, fortalece toda uma perspectiva de cada vez mais ter parceiros locais, regionais e estaduais, buscando fortalecer o trabalho como um todo.

Etapa 3

Leia o texto abaixo e reflita com eles sobre os hábitos de consumo que existem em nossa sociedade.

Texto de Apoio 18

Rede de consumo solidário

Os atos de produção e consumo não são apenas econômicos, mas são também éticos e políticos. Dependendo de como praticamos nosso consumo diário podemos rejeitar a exploração de seres humanos, a destruição progressiva do planeta, a concentração de riquezas e a exclusão social. Podemos promover a ampliação da liberdade, a desconcentração da riqueza e o desenvolvimento ecológico e sustentável.

Ao selecionar e consumir produtos das redes solidárias nós contribuimos para que o processo produtivo solidário se fortaleça, pois com os excedentes gerados nos empreendimentos solidários organizam-se novos empreendimentos produtivos, criando-se oportunidades de trabalho.

É fácil perceber como nosso hábito de consumo tem uma influência direta na viabilização da Economia Solidária ou na viabilização de um sistema de exploração. Basta observar este exemplo: se eu consumo um refrigerante produzido por uma empresa que explora mão-de-obra e que causa danos ao meio ambiente, desde o momento em que pago este produto estou gerando um lucro para a empresa que o produziu, que vai manter a sua força e continuará a causar estes danos. No final das contas quem está causando estes danos sou eu que consumo e pago pelo produto.

Mas se eu decido consumir um produto como um suco de frutas, que foi produzido por um grupo de trabalhadores/as que estão associados/as uns aos outros/as, onde não há exploração de mão-de-obra e o resultado é distribuído entre

todos, estarei contribuindo para fortalecer uma nova lógica de organização do trabalho e da economia na sociedade.

Conclusão

Sou eu, consumidor, nas minhas decisões diárias de consumo, que fortaleço ou enfraqueço um tipo ou outro de empresa. Pode ser aquelas exploradoras de pessoas e meio ambientes, ou aquelas que beneficiam de fato os/as trabalhadores/as e o ambiente natural, no qual eu mesmo gostaria de trabalhar.

Além disto, o que precisamos também é buscar a integração do consumo, comercialização, produção e crédito em um sistema harmonioso e interdependente; coletivo e democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades das pessoas em todas as suas dimensões, inclusive, nos âmbitos da cultura, arte e lazer.

Etapa 4

Considerando nossa proposta de “negócio” refletir coletivamente: poderíamos compor uma rede? Quais seriam os empreendimentos que comporiam esta rede conosco? Registrar as idéias.

Etapa 5

Tendo por base a nossa proposta de empreendimento, ler o texto abaixo e refletir sobre as possibilidades de avançarmos no controle da cadeia produtiva. Registrar as idéias.

Texto de Apoio 19

Cadeias Produtivas

A cadeia produtiva procura conectar todos os elos de produção integrando desde empreendimentos que produzem a matéria-prima até quem faz a confecção do produto final para o consumidor. Em muitos casos este processo se estende até a comercialização e promoção de marcas comuns aos produtos.

Experiência em Processo

Uma iniciativa que surgiu a partir do V Fórum social Mundial, onde diversos empreendimentos do ramo têxtil se reuniram para confeccionar as bolsas dos/as

participantes do evento, foi a Justa Trama. Participam do sonho da construção desta cadeia de solidariedade e agroecologia: agricultores/as familiares da associação **ADEC - CE**, coletores/as de sementes da cooperativa AÇAÍ - RO, fiadores/as da cooperativa CONES - SP, tecedores/as da TEXTILCOOPER – SP, e costureiros/as da cooperativa UNIVENS - RS e da empresa autogestionária FIO NOBRE - SC. Estes empreendimentos, todos da Economia Solidária, são os donos da marca JUSTA TRAMA.

Embasado nos valores da autogestão, da solidariedade e da democracia, produzem uma roupa de forma coletiva, agroecológica – feita com o emprego de técnicas de conservação do solo e da água e de controle de pragas com produtos naturais inofensivos aos/as trabalhadores/as – e isento de qualquer produto químico sintético, radicalmente diferente da produção convencional.

A Cadeia do Algodão se configura desta forma:

- **O Algodão:** agricultores da ADEC, do Ceará, plantam e colhem o algodão com técnicas de conservação do solo e da água;
- **As Sementes:** empreendimentos da economia solidária beneficiam sementes e produzem tintas naturais na Amazônia;
- **O Fio:** em São Paulo, a fiação é realizada pela Cooperativa Nova Esperança – CONES, de Nova Odessa;
- **O Tecido:** A TEXTILCOOPER, de Santo André - SP, é a responsável pela tecelagem;
- **As Roupas:** a FIO NOBRE, de Itajaí - SC e a Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos – UNIVENS, de Porto Alegre - RS, confeccionam as peças que variam em modelos e tamanhos.

10. OFICINA 08 - CONSTITUIÇÃO JURÍDICA DE EMPREENDIMENTOS

Etapa 1

Ler os textos abaixo e tirar dúvidas jurídicas. Se possível levar um técnico (advogado, contador, técnico em cooperativismo) para auxiliar nesta etapa.

Texto de apoio 20

A Escolha da Modalidade Jurídica e aspectos relativos a Constituição do Empreendimento

Geralmente a Economia Solidária se estrutura em forma de Cooperativas ou de Associações, dependendo da finalidade. Inicialmente vamos conhecer um pouco mais sobre estas formas de constituição jurídica de empreendimentos, do ponto de vista mais técnico.

Cooperativas

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (autogestão).

Num sentido mais técnico podemos afirmar que uma cooperativa é uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, constituída para prestar serviços a seus associados.

É uma empresa com dupla natureza, que contempla o lado econômico e o social de seus associados. O cooperado é ao mesmo tempo dono e usuário da cooperativa: enquanto dono ele vai administrar a empresa e enquanto usuário ele vai utilizar os serviços.

Associações

Associativismo é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de pessoas ou empresas para representar e defender os interesses dos associados e estimular o desenvolvimento técnico, profissional e social dos associados. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria. São aspectos comuns das associações:

- Todas as modalidades de associação surgem de um contrato que, enquanto celebrado de forma válida, é norma geral aplicável a todos os associados;
- Todas pressupõem um conjunto de pessoas dispostas a organizar esforços para a realização de uma finalidade comum;
- Todas se referenciam a um quadro jurídico-legal específico;
- Quando se constituem plenamente dentro dos requisitos legais, são pessoas jurídicas distintas das pessoas físicas dos seus associados, considerados individualmente;
- Como pessoas jurídicas gozam dos atributos de denominação, capacidade jurídica, domicílio, patrimônio e nacionalidade.

Diferenças Básicas entre uma Cooperativa e outras Formas de Organização			
	COOPERATIVA	ASSOCIAÇÃO	EMPRESAS TRADICIONAIS CAPITALISTA
O que é	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos	Sociedade capitalista com fins lucrativos
Objetivo	Busca de um ideal e prestação de serviços aos associados	Busca de um ideal e prestação de serviços aos associados	Lucro
Número de pessoas	Mínimo de 20	Mínimo de 2 pessoas	Mínimo de 2 pessoas
Capital	Cotas – partes	Não tem	Ações ou cotas
Geração de receita	Atividades específicas	Taxas	Busca-se onde tiver maior rentabilidade
Gestão	Autogestionária – cada cooperado tem um voto	Cada associado tem um voto	Pelo número de ações ou cotas
Retorno das sobras líquidas	Resultado do trabalho feito pelo cooperado e decisão da Assembléia Geral	Não há	Em função da participação no capital
Responsabilidade	Proporcional ao capital subscrito	Diretoria	Proporcional ao capital subscrito
Remunera	Definida pelo estatuto e	Não tem remuneração	Definida pelo

ção dos dirigentes	Assembléia Geral		Contrato Social ou Estatuto
<p>Observação: Associações e cooperativas tem finalidades diferentes. A associação tem como finalidade a promoção, representação de interesses, educação e assistência social. A finalidade da cooperativa, mesmo que tenha as mesmas intenções da associação, é viabilizar o negócio produtivo, como por exemplo comercializar os produtos coletivamente.</p>			

Vantagens e Desvantagens de uma Associação

As associações são iniciativas organizativas simples, fáceis de gerenciar e não exigem maiores obrigações, nem fiscais e nem tributárias. Podem se dedicar a muitos temas e linhas de atuação. Reunidas, as pessoas conseguem atingir seus objetivos. Isto é verdade especialmente para os agricultores, que precisam juntos defender seus interesses junto a comunidade e ao governo. Mas atenção: **A Associação tem limites em sua área de atuação.**

Veja as desvantagens:

- As associações existem para a atuação na área de promoções e assistência social. **Caso se dediquem a atividades econômicas passam a ser consideradas como sociedades empresariais e são obrigadas aos mesmos tributos e contabilidade que estas sociedades.** Nestes casos convém formar cooperativas;
- As associações não podem distribuir entre os seus associados e associadas os ganhos obtidos com as operações realizadas sob risco de estabelecimento de vínculo empregatício;
- As associações não conseguem buscar resultados econômicos (por que não é a entidade jurídica para fazer a associação) que viabilizem a melhoria das condições de vida dos seus integrantes. Embora, possa apresentar projetos de captação de recursos junto ao governo ou outras entidades.

Etapa 2

Partindo do pressuposto que a intenção do grupo é formar uma cooperativa propor que os participantes, após leitura do textos abaixo e do debate, proponha que consultem e identifiquem, na internet, modelos de estatuto, destacando os principais

itens que devem compor um Estatuto. A intenção aqui é desmistificar um pouco o que é um estatuto e mostrar que ele não é assunto que só interessa aos advogados, mas a todos os associados da cooperativa.

Acesse neste site um estatuto de cooperativa de trabalho que pode servir como base para elaborar um estatuto:

<http://www.geranegocio.com.br/html/coop/p19.html>

Texto de Apoio 21

Passos para a Constituição de Cooperativas

A estrutura jurídica compreende a elaboração do estatuto, assembléia de aprovação com eleição da diretoria, inscrição e registro na junta comercial, regimento interno, etc. Veja abaixo:

- Elaboração do Estatuto;
- Assembléia Geral para aprovação do Estatuto e eleição da Diretoria;
- Registro da cooperativa na Junta Comercial;
- Para a cooperativa funcionar como empresa: a) Registro na Receita Federal para ter o CNPJ; b) Registro na Prefeitura para ter alvará de licença; c) Inscrição Estadual (Secretaria da Fazenda).

Estatuto Social da Cooperativa

É o documento que “rege” (determina) as funções dos diversos setores internos da cooperativa. Ele contém as normas gerais de administração, objeto, funcionamento e outras regras do interesse social dos cooperados. Antes da Lei Cooperativista 5764 de 1971, a estrutura oficial (Governo) determinava um modelo padrão de **Estatuto**. Atualmente, após a Constituição de 1988, são as Assembléias das cooperativas que definem os seus **Estatutos**. Mesmo assim, as Leis em vigor determinam que alguns itens devem, obrigatoriamente, constar nos **Estatutos**, tais como:

- Nome da cooperativa, tipo de entidade, prazo de duração, sede e foro, área de ação, objeto da sociedade e fixação do exercício social;
- Os direitos e deveres dos associados, a natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, eliminação e exclusão destes e, as normas para sua representação nas assembléias gerais;

- O capital mínimo, valor da quota-parte, o número de quotas-parte a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização, bem como as condições de suas retiradas. A forma de devolução das sobras ou rateio das perdas apuradas;
- O modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos e definindo suas atribuições, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo e fora dele, o prazo de mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;
- As formalidades de convocação das Assembléias e a maioria necessária para sua instalação, seu funcionamento e a validade de suas deliberações;
- Os casos e as formas de dissolução da sociedade e o destino do patrimônio nesses casos;
- Casos de reforma nos estatutos, e a data de sua aprovação.

Características das cooperativas

- Variação do capital social;
- Número mínimo de sócios (20) e não limite quanto ao número máximo;
- Limite no valor da quota-parte que cada sócio pode ter (um só sócio não pode ter mais de 1/3 das quotas-parte);
- Não pode transferir as quotas-parte para terceiros;
- Quorum mínimo para funcionamento de assembléia de deliberação (2/3 na primeira chamada, metade mais um na segunda chamada e 10 sócios na terceira chamada);
- Direito de cada sócio a um só voto, independente da quantidade de quotas-parte de cada um;
- Distribuição dos resultados proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade;
- Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios.

Um Estatuto de Associação deve conter alguns itens obrigatórios. São eles:

- A denominação da entidade e sua sigla se houver;
- Local da sede e foro da associação;
- As finalidades e objetivos;
- O tempo de duração;
- Os associados (categorias, direitos e deveres, modo de admissão e exclusão);

- O modo pelo qual se administra a sociedade;
- Quem representa a associação judicial e extrajudicialmente, ou seja, quem responde pelos atos e obrigações da associação;
- Se os associados respondem ou não pelas obrigações da entidade;
- Os poderes dos órgãos internos (assembleia, diretoria, conselho fiscal, etc.);
- As formas de alteração do estatuto;
- O patrimônio da entidade;
- As formas de extinção da entidade e nesse caso o destino de seu patrimônio.

Etapa 3

Ler e observar que cooperativa é uma pessoa jurídica que paga imposto como qualquer outra empresa, embora haja alguns casos de isenções, como por exemplo, no imposto de renda.

Texto de Apoio 22

Impostos, tributos e contribuições incidentes sobre as atividades de uma cooperativa

- **COFINS** - As cooperativas estão isentas do recolhimento da contribuição para Financiamento da Seguridade Social, mas tão somente quanto aos atos cooperativos de suas finalidades.
- **Contribuição Social sobre lucro** - O resultado positivo obtido pelas sociedades cooperativas nas operações realizadas com os seus associados, os atos cooperativos, **não** integra a base de cálculo da Contribuição Social.
- **FGTS** – Quando tiver empregados com carteira assinada, mas não para o caso da cooperativa só ter associados que nela trabalham. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, quando incidente, terá à base de 8,5% dos vencimentos do empregado.
- **INSS** – Cada cooperado deverá pagar sua previdência contribuindo como autônomos (inscritos na Previdência Social).
- **ISS** – Quando a cooperativa for de prestação de serviço deve recolher este imposto à prefeituras. Cada prefeitura define a alíquota deste imposto e em geral não passa de 5 % sobre o faturamento.

- **ICMS** – Só incidirá se a cooperativa comprar e vender mercadorias, com operações intermunicipais ou interestaduais. Dentro de um único município, não existe a incidência do ICMS.

Observação: Há também isenções como no caso do **Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ)**. O regulamento do Imposto de Renda é taxativo de que, nas cooperativas que operam com associados, praticando, assim, o ato cooperativo, as sobras por acaso existentes no encerramento do balanço não são tributadas.

Observação: É muito importante que os participantes saibam discernir quando será mais adequado aos objetivos de um grupo a estruturação de uma cooperativa ou uma associação. Apenas ler e comentar.

Constituição e Registro de uma Associação

Quem quer constituir uma associação sem fins lucrativos, deve reunir pessoas interessadas na organização da entidade e dispostas a juntar esforços para atingir as finalidades para a qual ela será formada. Lembramos que para a constituição da associação é necessário um número mínimo de dois associados e não há limite máximo previsto por lei.

Passo a Passo para constituir e Registrar

- Reunir pessoas interessadas na organização da entidade;
- Definir os principais objetivos da organização;
- Elaboração do estatuto social;
- Convocação da assembléia geral de fundação;
- Assembléia geral: a) aprovação do estatuto, b) eleição da diretoria, c) sede provisória e ata;
- Registro dos documentos constitutivos no cartório de registro civil de pessoas jurídicas;
- Registro no CNPJ;
- Registro na prefeitura;
- Outros registros e pedidos de qualificação / titulação (CNAS, CMDCA, utilidade pública, assistência social, OSCIP, etc.).

11. OFICINA 09 - EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Etapa 1

Ler a primeira parte do texto e responder as questões que estão abaixo.

Texto de Apoio 23

Garantir eficiência na gestão e na administração viabilizando a participação de todos/as

Existem dois tipos de Gestão para os Empreendimentos. Uma é a Gestão tradicional (capitalista) – vertical e autoritária. Na gestão capitalista, as decisões e ordens são de cima para baixo. Os trabalhadores sabem muito pouco do negócio e apenas cumprem suas tarefas. É a prática mais comum no mundo atual, uns mandam outros obedecem. A outra forma de gerir um empreendimento é a Autogestão. É uma gestão democrática na qual os cooperados/empreendedores se ocupam tanto com a produção, vendas, marketing, como também com a administração do negócio. Os cooperados devem planejar decidir e agir coletivamente. As decisões são coletivas, as pessoas deixam a condição de individualismo. De empregados que apenas executam tarefas, se transformam em sujeitos de um empreendimento coletivo.

A gestão de um empreendimento econômico e solidário deverá ser participativa e evitar a incorporação de procedimentos inadequados, que, com o decorrer do tempo podem ter várias implicações, inclusive legais e fiscais, e prejudicar o andamento dos negócios. É importante que o coletivo esteja apropriado dos encargos administrativos e fiscais relacionados ao empreendimento. Deverá também estar apropriado do fluxo financeiro do empreendimento e auxiliar na definição dos investimentos. Para viabilizar um controle eficaz sobre a administração do empreendimento é importante o funcionamento de vários organismos internos ao empreendimento.

Questões relacionadas ao tema da transparência e eficiência produtiva e administrativa:

- a) Quem será responsável pela administração financeira do empreendimento e como será feita?
- b) Quem será o responsável por coordenar a produção e como será feito?

- c) Quem será responsável pelas compras de insumos, ferramentas e equipamentos e como isto será feito?
- d) Quem será responsável pela comercialização e como isto será feito?
- e) Como serão distribuídos os resultados das vendas dos produtos?
- f) Como iremos nos relacionar com outros empreendimentos da Economia Solidária?
- g) Que tipos de parcerias podemos fazer com sindicatos, governos, Casa Brasil?
- h) Todos serão sócios ou alguns terão Carteira Assinada?

Observação: Se convier ler a mensagem abaixo.

Texto de Apoio 24

O gato cooperativista

Um gato, conhecido cooperativista, sempre defendeu a Economia Solidária. Até que um dia os gatos assumiram a criação de frangos numa granja que o patrão havia abandonado. Depois de muito trabalho, um gato defensor ferrenho do cooperativismo estava devorando um frango assado. Eis então, que outro gato apareceu na janela que dava para área e disse:

- Amigo e companheiro, também eu ajudei a engordar este frango, faço parte desta cooperativa! Conheço as tuas idéias e estou mais que certo pois, que dividirás o frango comigo!
- Vá andando, resmungo o gato, você é velho e fraco e mais atrapalhou que ajudou. Não divido nada seja com quem for. Em jejum, sou de fato cooperativista, mas, quando como, sou conservador.

Etapa 2

Ler os textos abaixo para fixar mais sobre as instâncias de funcionamento do Empreendimento Econômico e Solidário.

Texto de apoio 23

Instrumentos para garantir a transparência, a democracia e a eficiência produtiva e administrativa

Uma cooperativa funciona através de sua Assembléia Geral, Conselho de Administração (ou Diretoria) e do seu Conselho Fiscal, podendo possuir outros órgãos necessários à sua administração.

Assembléia Geral

Nas organizações das sociedades cooperativas as decisões são tomadas através de Reuniões Gerais dos cooperados, chamadas de Assembléia Geral dos Associados. Ela é o órgão supremo de uma cooperativa, com poderes para tomar toda e qualquer decisão, dentro dos objetivos da cooperativa.

A Assembléia Geral é o encontro onde são discutidas as grandes questões e tomadas as grandes decisões; é a oportunidade em que se manifesta, na prática, o caráter democrático da cooperativa: através do voto, faz-se prevalecer a decisão da maioria. Portanto, suas decisões afetam todos os sócios, presentes ou ausentes. É nela que se discute, organiza e aprova o Estatuto Social da sociedade.

A Assembléia Geral é comumente convocada e presidida pelo presidente da cooperativa, mas também pode ser convocada:

- Por 1/5 dos associados, quando o presidente não atender à solicitação dos associados e;
- Pelo Conselho Fiscal, se ocorrer motivos graves e urgentes.

Conselho de Administração ou Diretoria

Diz a **Lei 5764/71** : “A cooperativa é administrada por um Conselho de Administração ou Diretoria, composto exclusivamente de associados, com mandato nunca superior a quatro anos. É obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes, ao final de cada mandato”. Do Conselho de Administração serão indicados os membros da Diretoria Executiva, composta de tantos participantes quantos forem estabelecidos na estrutura organizacional da sociedade, tendo as suas atribuições estabelecidas no **Estatuto da cooperativa**. Os membros do Conselho, Administração ou Diretoria geralmente são o presidente, o

diretor administrativo, o diretor financeiro e os conselheiros (Ética e Disciplina e Fiscal).

Principais funções do Conselho de Administração:

- Programar os planos de trabalho e os serviços da cooperativa;
- Elaborar o orçamento anual e estabelecer normas administrativas e financeiras;
- Contratar o gerente e o contador e designar o diretor executivo, caso necessário;
- Deliberar sobre a entrada e a saída de associados, depois de ouvirem a Comissão de Ética;
- Fazer cumprir a legislação cooperativa previdenciária e fiscal e as determinações do Estatuto e da Assembléia Geral.

Conselho Fiscal

É o órgão encarregado de fiscalizar e auxiliar a administração da cooperativa. É formado por seis elementos associados, sendo três efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembléia Geral para um período de um ano, sendo permitida a reeleição de apenas dois de seus membros.

Suas principais funções são:

- Promover a verificação das contas da administração, examinando e dando parecer nas prestações de contas da sociedade;
- Examinar livros, documentos, balanços, balancetes e reclamações dos associados;
- Verificar o cumprimento das Leis fiscais, previdenciárias e cooperativistas;
- Convocar o gerente, o contador e o Conselho de Administração para esclarecimentos, quando necessário;
- Participar ativamente dos trabalhos da cooperativa.

Contrato Social ou Regimento Interno

Os associados do empreendimento podem e devem constituir comissões que representem diversos setores do empreendimento e elaborar normas não contempladas pelo Estatuto que, além de coibir atitudes maléficas ao relacionamento social (individualismo, oportunismo, autoritarismo) e adversa ao desempenho do negócio (ausências, atrasos, comportamento irresponsável), propicie condições de desenvolvimento individual e coletivo.

12. OFICINA 10 – DÚVIDAS SOBRE FUNCIONAMENTO DE COOPERATIVAS, AVALIAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS

Etapa 1

A partir das questões apresentadas abaixo, realizar os questionamentos e construir as respostas coletivamente. Procurar registrar as respostas do grupo.

Texto de Apoio 24

Principais dúvidas sobre Funcionamento das cooperativas

As cooperativas de produção industrial, nas quais os trabalhadores assumem parte ou o controle total da empresa, são constituídas como um meio para garantir postos de trabalho e renda numa situação eminente de perda do emprego. Nesse processo de transformação, em que se misturam problemas jurídicos, político/sindicais, trabalhistas e emocionais, a maioria dos/as trabalhadores/as aderem ao cooperativismo não por convicção, mas por medo de ficar sem emprego. Enfim, nesse processo, carregado de medo e de insegurança, os/as trabalhadores/as buscam respostas para as seguintes dúvidas:

Como é o que se faz para entrar numa cooperativa?

Qualquer um pode entrar numa cooperativa. Para isso é preciso aceitar trabalhar dentro de um coletivo, seguindo o que for decidido coletivamente e defender os princípios cooperativismo, ou seja, aceitar a solidariedade mútua e a gestão democrática e competente. Para ser cooperado exige-se que a pessoa “seja proba (idônea), honesta” (princípios de Rochdale). Naturalmente todo cooperado tem que assumir responsabilidades, onde existem direitos e deveres.

Como se organiza para trabalhar? Continuam com as mesmas chefias?

Cada trabalhador tem um voto no sistema cooperativista. Este poder deve ser usado para organizar cientificamente o trabalho na empresa cooperativada. Não importa quem ocupou cargo ou não em empresas anteriores. A “fábrica da cooperativa” deve ter os mais comprometidos na direção, onde os critérios para que sejam escolhidos devem ser técnicos e operacionais e fundamentados na capacidade de liderança.

Quem administra a cooperativa?

A cooperativa deve ser administrada por profissionais. Caso não exista ninguém entre os cooperados para administrar, os trabalhadores cooperados podem contratar alguém de fora. Essa pessoa contratada “não decide sozinha” mas segue as decisões do Conselho de Administração. Seu trabalho é essencialmente técnico. Qualquer exorbitância de poder deve ser coibida. Aliás, a contratação de uma pessoa de fora deve ser encarada como algo temporário e provisório. É importante ressaltar que enquanto este profissional estiver na cooperativa, algum/ns sócio/s deve/m aproveitar para se aperfeiçoar e adquirir tal conhecimento, gerando com isso, ganho técnico e financeiro para o empreendimento.

O cooperado tem carteira assinada? Por que?

O cooperado não tem carteira assinada e não segue as normas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A razão para isso é que o cooperado é autônomo e dono de seu próprio negócio.

Como ficam os direitos do trabalhador, como Fundo de Garantia, Férias, 13º Salário, Licença Maternidade e outros?

O trabalhador cooperado não tem os mesmos direitos do trabalhador com carteira assinada. Isso significa que a cooperativa não pode depositar o fundo de Garantia, para o 13º Salário e outros benefícios. Porém, o trabalhador cooperado precisa descansar, necessita de alguns cuidados (benefícios) como qualquer ser humano, como também precisa de garantias para seus familiares, etc. Portanto, as cooperativas autogestionárias devem estruturar, no decorrer do tempo, um “Fundo Interno de Solidariedade” para poder garantir os direitos essenciais e fundamentais aos trabalhadores. Esse fundo é para garantir os benefícios e direitos anteriores.

Como ficam os salários na cooperativa? São todos iguais?

Nas cooperativas não existe a forma salarial existente nas empresas onde existem pessoas contratadas e com carteira assinada. A lei cooperativa estipula o “pró-labore” ou retirada. Isso significa o seguinte: o trabalhador vai retirando a sua parte mês a mês e na época do balanço (entre janeiro e março do ano seguinte) esse valor é descontado do lucro da cooperativa para contabilizar o que sobrou. Havendo sobras, a Assembléia de Cooperados decide o que fazer com ela. Essas

“retiradas” podem ter o mesmo valor que tem o salário funcional de um trabalhador. As retiradas, porém, não precisam ser iguais e tampouco excessivamente desiguais.

Como são resolvidos os conflitos internos numa cooperativa?

As cooperativas são constituídas para buscar soluções e não para aumentar os conflitos. Infelizmente, podem acontecer conflitos de interesse, de pontos de vista diferenciados, por antipatia pessoal, etc. dentro de uma cooperativa. Os conflitos devem ser sempre resolvidos por consenso. Toda cooperativa autogestionária deve criar um “Conselho de Ética” para poder resolver de maneira justa os problemas de relacionamento entre as pessoas.

O (a) cooperado (a) pode ser demitido? Por que?

Todo cooperado pode deixar a cooperativa voluntariamente. Como também pode ser afastado sumariamente caso esteja prejudicando o trabalho coletivo e não atendendo os princípios do cooperativismo. A pessoa que se sentir prejudicada pode recorrer da decisão. A Assembléia é soberana no caso.

Se o (a) cooperado (a) é demitido, como ficam as indenizações?

Todo trabalhador cooperado, ao entrar para a cooperativa, assume uma determinada quantidade de quotas. Ao sair ele terá direito a essas cotas. Não existe “indenização” como no sistema de trabalhador empregado (CLT). Havendo lucro (sobras), o cooperado terá direito à sua parte por ocasião do balanço anual.

Para ser cooperado (a) é preciso alguma contribuição financeira? E se o trabalhador não tiver dinheiro?

Todo trabalhador/a cooperado tem que contribuir com alguma coisa para adquirir parte das quotas da cooperativa. Caso ele não tenha dinheiro, terá que pagar no futuro, como, por exemplo, descontando um percentual mensal das retiradas (salário).

Se o/a trabalhador/a sofre um acidente, quem paga os custos e as indenizações?

Todo cooperado/a deve pagar seu carnê de INSS, como autônomo. Isso por dois motivos: a) para garantir a aposentadoria; b) para dar relativa segurança em

casos de problemas sérios, como, por exemplo, acidentes. A cooperativa paga os carnês de cada cooperado quando a situação financeira se estabilizar, a própria cooperativa poderá conveniar todos os cooperados no sistema de saúde privado.

Como ficam as aposentadorias? Quem paga o INSS?

A cooperativa paga o carnê de INSS, no seu valor mínimo, para cada cooperado. Quem individualmente quiser pagar mais, há opções. A longo prazo a idéia é de que a cooperativa estruture um sistema de aposentadoria especial (constituiria um fundo para isso) para dar garantias futuras ao cooperado e à sua família.

Se por uma infelicidade o(a) cooperado (a) vier a falecer, como ficam os familiares, os dependentes? Poderão receber alguma coisa?

Todos os direitos do cooperado são repassados a seus dependentes. A cooperativa pode também fazer seguro para cada cooperado para que haja garantias aos familiares no caso de acontecer alguma desgraça circunstancial.

Se a cooperativa tiver prejuízo, como fica a situação do/a cooperado/a?

A cooperativa pode ter prejuízo. É o risco do negócio. O cooperado, individualmente não se responsabiliza pelo prejuízo. Sua culpa pode ser, no máximo, o equivalente às suas quotas. É claro que, não havendo sobras (lucro), não haverá retirada (salário).

Como é feita a distribuição dos “lucro”?

O “lucro” das cooperativas são definidos como sobra. Isso porque a cooperativa é uma entidade sem fins lucrativos. Na época do balanço anual, essas sobras são destinadas para novos investimentos, para capital de giro, para reserva de capital e mesmo para serem distribuídas entre os cooperados. Quem decide isso é a Assembléia Geral.

O trabalhador (a) cooperado (a) pode ser sócio/a do sindicato de trabalhadores/as? Por que?

O/a trabalhador/a cooperado/a não necessita ser sócio do sindicato. Ele é autônomo. Mas é preciso entender que existe um histórico muito grande entre

cooperativismo e sindicalismo. Portanto, aconselha-se que todos os cooperados se filiem ao sindicato de trabalhadores e defendam propostas alternativas para o sindicalismo e que sirvam aos interesses de todos. Isso por uma simples razão: não é por ser autônomo que ele, cooperado, deixou de ser trabalhador. É mais trabalhador do que nunca, e muito mais responsável do que era antes. Ele tem uma responsabilidade diante da comunidade e diante da problemática social.

Etapa 2

Avaliação da memória do curso e dos resultados conquistados.

Guayí – Democracia Participação e Solidariedade

Núcleo de Violência, Segurança e Direitos Humanos

Rua José do Patrocínio, 611, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS – CEP 90050-003

Tel: (51) 3212-7178 – Fax: (051) 3212- 7102 – www.guayi.org.br –

E-mail: guayi@guayi.org.br – seguranca@guayi.org.br

**Projeto “Economia Solidária na Prevenção à Violência no RS”
Termo de Parceria nº 723880/2009 – SENAES/MTE - GUAYÍ**

Realização:



Ministério da
Justiça



Ministério do
Trabalho e Emprego

